# Parlamentarismo já é quase uma obsessão

BRASÍLIA — Parlamentarista de carteirinha, mas com cuidado para não avançar o sinal, antecipando-se ao Congresso, o presidente Collor já relacionou algumas idéias sobre o modelo de parlamentarismo que conviria adotar no país. Ele revelou que o modelo que esboçou prevê a destinação de poderes ao presidente da República e a possibilidade de dissolução da Câmara, quando, após duas indicações de primeiro-ministro, feitas pelo presidente e recusadas, o parlamento não conseguir reunir dois terços para indicar pela terceira vez o nome do primeiro-ministro.

Collor fez uma conclamação, em tom de advertência, aos demais parlamentaristas.

— Não podemos entrar nessa briga para perder — disse Collor, que está se dedicando a elaborar um calendário sobre as negociações para a implantação do parlamentarismo e um estudo compilando os modelos existentes em todo o mundo.

O presidente conta que conseguiu aliados importantes para a primeira batalha: a da antecipação do plebiscito. Ele obteve a concordância dos governadores de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, e de Minas, Hélio Garcia, para a votacão do substitutivo do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE) que marca para 21 de abril do ano que vem a realização do plebiscito.

*"Não podemos entrar na briga para perder"*

**Collor**

*"A mudança do sistema é imperativa"*

**Collor**

Collor argumenta que o substitutivo também prevê prazo para o fim da revisão constitucional (em abril de 94), quando ainda não terá iniciado a campanha sucessória. Para que isso aconteça, é imprescindível a antecipação do plebiscito, o que evitaria a repetição do erro de 87, quando a definição do sistema de governo aconteceu depois de a Constituição estar praticamente pronta.

— A mudança do sistema de governo é um imperativo dos novos tempos. São incompatíveis as funções de chefe de estado com as funções de chefe de governo — sentenciou Collor, com a autoridade de quem há dois anos cumpre os dois papéis.

— Não se pode conviver assim, tendo, ao mesmo tempo, de dar as diretrizes para a negociação da dívida externa e tratar de um problema de agente de saúde em um estado da federação — disse o presidente.

Ao contrário das especulações de assessores, Collor afirma que seu propósito é cumprir seu mandato até o último dia, para fazer a transição para o sistema parlamentarista. Ele diz que não pretende se desincompatibilizar para disputar um mandato legislativo e, assim, credenciar-se para o cargo de primeiro-ministro.

O parlamentarismo é, certamente, um dos assuntos que mais agrada ao presidente Collor. Ele acha que esse sistema, entre outros fatores, é o mais adequado, moderno e atual, porque gera maior solidariedade entre Executivo e Legislativo. Ao contrário do presidencialismo, em que o Congresso — na avaliação de Collor — só é solidário ao governo quando este tem o apoio popular. E, o momento em que mais precisa do apoio no Congresso, lembra o presidente, é aquele em que tem de tomar medidas duras, impopulares.

O parlamentarismo idealizado por Collor pressupõe a reforma partidária, a implantação do voto distrital misto e o fortalecimento dos partidos:

— Hoje temos 18 minorias dentro do Congresso. Assim, não se avança — diz o presidente.